

# SIC.PA Nº 1565/2021 - PCPA: Resposta de Recurso à 1ª Instância Recursal

Senhor(a) **Emerson Duarte**,

Seguem as informações fornecidas pela Diretoria Estadual de Combate à Crimes Cibernéticos (DECCC):

Sobre Unidades especializadas no combate aos crimes cibernéticos:

1. A história começa com a criação da DPRCT (Delegacia de Polícia de Repressão a Crimes Tecnológicos), que era vinculada à DRCO (Divisão de Repressão ao Crime Organizado). Ocorre que, no ano de 2020 foi criada a Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos, atual DECCC, se tornando independente, com as seguintes divisões: DCDI (Divisão de Combate a Crimes Contra Direitos Individuais Praticados por Meios Cibernéticos), DCCV (Divisão de Combate a Crimes Contra Vulneráveis Praticados por Meios Cibernéticos) e DCEP (Divisão de Combate a Crimes Econômicos e Patrimoniais Praticados por Meios Cibernéticos).

2. Os quadros são compostos pelos Delegados, Investigadores, Escrivães e Agentes Administrativos concursados pela Polícia Civil.

3. A diretoria dispõe de espaço autônomo onde comporta as divisões e utiliza as tecnologias de inteligência investigativa, sendo portanto utilizados os computadores para o trabalho.

4. Todos os policiais possuem cursos de capacitação em investigação cibernética e são especialistas em investigações desta natureza.

5. Existem os sistemas principais disponibilizados pela Polícia Civil e são estes os utilizados.

6. Sim, estamos em processo de criação de ferramentas especializadas que ainda se mantem sob sigilo. O apoio e suporte de TI é realizado pela Divisão de Informática da Polícia Civil: o DIME (Divisão de Informática, Manutenção e Estatística).

7. Sim, os policiais devem demonstrar interesse e afinidade com as atividades investigativas no meio cibernético. Todos passam por uma entrevista e são submetidos a treinamento para ganhar experiência no combate a criminalidade cibernética.

8. Informações podem ser disponibilizadas pelo DIME.

9. Não, pois o lapso temporal muda de acordo com a complexidade do crime tendo em vista que cada divisão atua com em nichos diferentes: a DCEP atua em crimes patrimoniais; DCCV, em crime contra grupos vulneráveis e a DCDI, crimes contra direitos individuais.

10. Não, informação disponibilizada pelo DIME.

11. Sim, podemos citar aqui as operações CIBERMARKETING, Contra Fraude Bancária, CONTRA FAKE NEWS e a operação LUZ NA INFÂNCIA.

12. Sim, ações educacionais orientadas para prevenção.

13. A DECCC presta esse serviço, porém, somente a órgãos do governo.

Sobre crimes digitais.

1. Existem, solicitar acesso ao DIME.

2. Contra patrimônio, como: fraude, estelionato, extorsão; Contra a honra, como: difamação, calúnia, injúria; e Pornografia infantil.

3. Não foram realizados estudos sobre perfil criminal.

4. Sim.

5. Não.

6. Sim, no SISP.

7. São crimes já existentes no Código Penal, praticados em um novo espaço, o virtual.

8. A Polícia Civil não fornece informação sobre os métodos de investigação de processos em curso ou já existente de modo específico.

9. Existe uma divisão especializada nos crimes contra facções e esse tipo de informação não fica responsável por esta Diretoria.

10. Esse tipo de matéria não é investigado por esta Diretoria.

Sobre os aspectos legais nos crimes via web.

1. De acordo com as regras estabelecidas no Código de Processo Penal e no Código Penal.

2. Não existe uma legislação específica que demande uma cooperação entre as Policias neste sentido. Fazemos contato direto entre as instituições.

3. São políticas públicas de combate a criminalidade que devem ser analisadas no âmbito das instituições, não compete a esta Diretoria estabelecer regras para isso.

4. Não podemos fornecer estas informações.

5. As operações já citadas neste questionário são exemplos de ações de destaque.

6. Sim, um exemplo foi na época da repercussão da "Baleia Azul".

7. Existe, a legislação estabelece o poder de requisição da Autoridade Policial que é cumprido pelas empresas privadas em relação as investigações.

8. Sim, existem crimes digitais de menor potencial ofensivo que são aplicados os termos da "Lei 9099".

Atenciosamente.

Polícia Civil do Estado do Pará - PCPA

Sítio: <http://www.policiacivil.pa.gov.br>

Avenida Magalhães Barata, 209

Complexo da Polícia Civil

CEP: 66040-903 - Nazaré - Belém - Pará

Comercial: (91) 4006-9094 / Fax: 3223-2963